



BASES PROGRAMÁTICAS

FÓRUM CIDADE DO PORTO
18/09/2005, REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

INTRODUÇÃO

A cidade vive hoje momentos particularmente difíceis. Para isso contribuem aspectos estruturais como a continuada queda do número de habitantes, o envelhecimento da população residente, a desertificação de quase toda a baixa e, até, de alguns núcleos mais periféricos, a redução da actividade económica e financeira e a crise de grande parte do comércio de rua, a proliferação de fenómenos de exclusão social.

A estes aspectos estruturais juntaram-se, nos últimos quatro anos, questões mais conjunturais, que agravaram ainda mais a situação do Porto. O município desistiu de reclamar para o Porto a atenção do poder central – vide o que aconteceu ao projecto do Centro Materno-Infantil do Norte, que poderia estar agora a abrir as suas portas -, trabalhou de costas voltadas ou mesmo em hostilidade para com grandes instituições da cidade, guerreou com os criadores culturais e interrompeu a dinâmica positiva que esta área vinha criando, ignorou o trabalho realizado na captação de fluxos turísticos, desistiu (por vergonha?) de afirmar o orgulho da cidade.

Promover a recuperação do Porto, da sua importância política e económica, da sua capacidade para produzir riqueza e gerar emprego, da sua atitude solidária, reduzindo as assimetrias sociais, exige uma atitude completamente diversa.

O Porto está no centro de uma Área Metropolitana de média dimensão, à escala europeia, e no centro de uma região com grande peso demográfico. Num raio de 50 Km à volta da cidade moram 3,3 milhões de pessoas e a duas horas de viagem do Porto cerca de 7 milhões de pessoas, incluindo cidadãos das regiões espanholas da Galiza e de Castilla-Leon.

O futuro do Porto não pode ser dissociado daquela que for a capacidade da Câmara Municipal e do seu presidente para falar em nome desta região, promover os seus equipamentos – logística, tecnologia, cultura -, atrair massa crítica e fluxos turísticos. O Porto será forte e terá condições de se afirmar se for capaz de liderar esse esforço de “retoma” regional e de servir de interface para os múltiplos interesses que se cruzam neste jogo.

Ao contrário, se o Porto persistir em falar para dentro, com conflitos estereis que apoucam a cidade e dão dos portuenses a errada imagem de gente que não é capaz de se entender, não se vislumbra como será possível canalizar para a cidade os meios necessários para a sua verdadeira recuperação. Só com iniciativa económica será possível recuperar milhares de empregos, gerar recursos que permitam o investimento gigantesco necessário para a recuperação dos bairros sociais e da baixa, reanimar o comércio de rua.

Daqui resultam alguns dos eixos centrais da governação que propomos implementar no município:

- a) a gestão da cidade assumida em permanência num contexto e num discurso metropolitano e regional;
- b) a valorização da relação com a Galiza e com o seu governo regional, como instrumento de afirmação do Porto e de recusa de um modelo unipolar para o desenvolvimento nacional;
- c) a assumpção de uma relação com o governo central leal, mas baseada na compreensão da importância do desenvolvimento do Porto para que possa ser assegurada a modernização e reafirmação do país.

Para que estas grandes linhas de acção política possam ser prosseguidas há uma condição basilar, que constituirá porventura a mais importante ruptura com a cultura de governação instituída nos últimos quatro anos:

- d) a gestão da Câmara baseada num diálogo aberto com todos os portuenses, com os moradores dos bairros e das zonas pobres e com todos os cidadãos do Porto, com os comerciantes, com os empreendedores e empresários de todos os sectores, com as instituições grandes e pequenas, com as colectividades de bairro e com os grandes clubes, com os sindicatos e com as associações patronais.

O desenvolvimento do Porto tem que contar com todos e não pode ser feito contra a cidade ou contra uma parte dela de cada vez. O município e os que o gerem não podem governar colocando uns contra os outros. Todos os portuenses são necessários neste esforço de regeneração da cidade e é com todos que nos propomos implementar o vasto conjunto de compromissos que constitui o nosso programa eleitoral.

1. ECONOMIA

A questão mais grave que o Porto enfrenta para vencer a sua situação actual é a de inverter a perda contínua de competitividade. Não podemos manter o discurso saudosista acerca dos grandes grupos económicos nascidos no Porto e que, entretanto, se tornaram nacionais ou, até, internacionais: eles não podem deixar de instalar as suas operações onde forem mais competitivos e as suas sedes onde lhes for mais conveniente.

Temos que visionar as oportunidades do presente e do futuro e elas passam pelo estabelecimento de sinergias entre a Câmara e instituições como as Universidades, os Institutos de investigação, as Associações empresariais ou comerciais.

A Universidade do Porto é a maior do país. Acrescem a Universidade Católica e outras Universidades privadas e o Instituto Politécnico do Porto. Os serviços prestados por estas instituições e pelos institutos que lhes estão associados, em vertentes como o ensino, a I&D e a transferência de tecnologia, são relevantes e granjeiam grande prestígio nacional e internacional. No pólo da Asprela, em condições muito deficientes, pode encontrar-se a maior concentração de estudantes universitários e de investigadores de todo o país. A massa crítica aí concentrada, em muitas das áreas das ciências, engenharias, economia ou saúde, é vital para (re)lançar o futuro económico da cidade.

A CMP não pode alhear-se deste trabalho central para a cidade: cerzir laços entre as instituições existentes, ajudar a encontrar soluções de infra-estruturas e outras que permitam o lançamento de iniciativas empresariais, lutar pela valorização dos equipamentos e logística necessários ao seu sucesso.

Assumimos, neste plano, os seguintes compromissos para quatro anos:

1. Afirmção do **Complexo Empresarial de Ramalde** com a realização e aprovação de um Plano de Urbanização que defina os usos e os mecanismos de transformação da Zona Industrial de Ramalde, num espaço de acolhimento de actividades inovadoras e de acentuada componente cultural e tecnológica. Este desígnio será articulado com as Universidades e os seus institutos e será integrado na programação do “choque tecnológico” que constitui eixo central do programa do governo para a economia portuguesa.
2. Intervenção da CMP como accionista e parceiro em iniciativas empresariais na área dos conteúdos, com a **criação de um Media Parque**, preferencialmente na baixa do Porto, projecto que adquire importância no plano económico, mas também no que diz respeito ao aspecto simbólico, conhecida que é a relevância que os media e o audiovisual assumem nas sociedades contemporâneas.
3. Tornar a **CMP “cliente” de competências, tecnologias e sistemas avançados**, que poderão até tornar-se paradigmáticos ao nível internacional em áreas como o cadastro urbano, a gestão municipal, a gestão dos processos urbanísticos, a informação autárquica, a informação turística, cultural e desportiva (na Internet, zonas wi-fi, mensagens sms, entre outras). Neste plano procurar-se-á não só valorizar o trabalho de I&D realizado na cidade, mas também introduzir transparência e prontidão no trabalho do município.
4. Realizar uma efectiva **promoção turística do Porto**, no conceito regional (destino: Porto / Norte de Portugal), assumindo a CMP as suas responsabilidades no contexto da coordenação e cooperação institucional que engloba os agentes económicos e a população, na definição do produto turístico, na projecção da marca Porto (vinho do Porto, F.C. do Porto, Portus-Cale, Casa da Música, Serralves), na concepção e implementação de programas de promoção do Porto e do Norte de Portugal, na realização de promoções em parceria com operadores (TAP, Portugalia e as low cost como a Ryan Air), na cooperação com cidades envolventes e com a Galiza, na realização de actividades inovadoras como os city-breaks e os week-end-breaks, identificados os aspectos distintivos a projectar e os públicos-alvo a atingir.

2. HABITAÇÃO E ACÇÃO SOCIAL

A. HABITAÇÃO SOCIAL, O DIREITO DE VIVER NA CIDADE

O início do desenvolvimento da Habitação Social na cidade do Porto ocorre na segunda metade do século XIX, devido ao extraordinário aumento da população residente (entre 1864 e 1900 quase duplicou) e foi induzido pelo processo de industrialização.

Para responder a este aumento exponencial da procura, por parte da população operária, oriunda do meio rural, começaram a proliferar as ilhas.

Muito do que é hoje o parque habitacional ficou a dever-se ao chamado “Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto” (1956-1966, 1967-1971) o qual implicou uma profunda transformação nas lógicas de crescimento da cidade e teve fortes impactos em vários domínios como urbanístico, económico e social. Com a execução deste plano construíram-se cerca de 7800 fogos e iniciou-se um processo de deslocação para a periferia das populações urbanas mais carenciadas residentes em ilhas.

Alguns dos grandes bairros periféricos surgiram nesta altura, em Campanhã, em Ramalde, em Paranhos, em Lordelo do Ouro e em Aldoar. Apenas dois bairros - Bom Sucesso e Fernão de Magalhães - foram construídos em áreas centrais.

Actualmente existem 45 Bairros Municipais, com 13500 fogos, onde residem cerca de 48000 pessoas.

A sua distribuição espacial é assimétrica, sendo que mais de 85% dos bairros localizam-se em quatro freguesias; Campanhã, Paranhos, Ramalde e Lordelo do Ouro.

Os bairros não são uma realidade urbana e social homogénea, mas em termos gerais podemos dizer que a população que neles reside, tem as seguintes características:

- é relativamente mais jovem do que o verificado para o concelho: têm um índice de envelhecimento de 93%, sendo o do concelho 147,5%.
- as famílias constituídas por um idoso isolado são 9% nos bairros, 10% no Porto e 17% no Centro Histórico.
- a sub escolarização é maior do que a verificada no concelho: não sabe ler nem escrever 9,8% da população, enquanto que a média no Porto é de 4,9%.
- a baixa escolaridade é também uma das principais características da mão-de-obra residente nos bairros: 70% dos activos têm no máximo o 6º ano de escolaridade e 90% não vão além do 9º ano. Apenas 2% completou o ensino superior contra 11% no concelho e 6,3% no país.
- a taxa de abandono escolar na faixa etária dos 15-19 anos é de 41,3%.
- a percentagem de activos desempregados é de 48,6%, destes frequentam acções de formação 1,5%.
- a taxa de desemprego é de 26%. Este valor não tem, apesar de tudo, o impacto social que seria de esperar devido ao recurso a trabalho informal, economia subterrânea e às solidariedades da família e da vizinhança.

No que respeita às condições de habitabilidade, um estudo publicado pela Câmara em 2001, refere que “muitos dos alojamentos recenseados encontram-se degradados” porque têm muitas décadas, e porque não existiram programas de conservação e reabilitação. Nos alojamentos mais antigos verificam-se défices de conforto, falta de instalações de banho e de água quente.

Há várias situações em que a tipologia dos alojamentos é inadequada à composição e dimensão dos agregados verificando-se que 10% dos alojamentos estão sobreocupados e 16% subocupados.

A concentração de populações com as características atrás referidas em grandes bairros periféricos, em muitos casos desligados do tecido urbano envolvente, provocou algumas situações de marginalidade urbana que são a expressão espacial das desigualdades sociais.

O Porto é hoje uma cidade social e territorialmente polarizada e com grandes desigualdades sociais, provocadas pela distribuição no espaço da população, por diferentes categorias socio-económicas e faixas etárias.

Quanto a equipamentos sociais, regista-se uma distribuição desigual e insuficiente e nalguns casos de difícil proximidade com a população e suas necessidades emergentes. De salientar a delapidação a que o actual executivo promoveu relativamente a projectos e outras iniciativas no âmbito da promoção social num numero considerável de bairros.

Em muitos dos bairros é visível o desgaste das relações sociais entre a população e desta com a comunidade envolvente, sem que durante a legislatura municipal actual tenham sido desenvolvidas iniciativas para enfrentamento destas dinâmicas negativas.

A panorâmica brevemente traçada permite constatar que, de entre os bairros críticos da cidade do Porto, os bairros de habitação social reforçaram durante os últimos 4 anos a sua situação de abandono e exclusão face à cidade e vice-versa.

Considerando a situação descrita e sabendo que cada bairro é um complexo de problemas mas também de oportunidades deixam-se enunciados alguns princípios orientadores de uma intervenção imediata e de médio prazo.

1. Substituição da actual orientação gestonária administrativa/burocrática por uma lógica promocional e inscrita nos propósitos do desenvolvimento local.
2. Promover planos de revitalização adequada à especificidade de cada Bairro, seu potencial e articulações com realidades mais amplas congêneres ou não.
3. Proceder a um diagnóstico actualizado de perspectiva globalizante e participativa.
4. Definir as prioridades e finalidades da acção acompanhando o seu desenvolvimento e a sua capacidade de resposta face aos problemas e necessidades sentidas pela população.

5. Influenciar a constituição e a consolidação de parcerias locais e descentralizadas, que promovam o planeamento e a concretização das acções planeadas em cooperação.
6. Dinamizar a criação de espaços comunitários de múltiplas funções facilitando o encontro e a organização da população local mas também de respostas sociais justificadas pelo contexto local e pela composição etária e de intercedes da população
7. Dinamizar e estabelecer uma nova relação com as instituições seus agentes e moradores pautada por princípios de democraticidade diálogo e corresponsabilização.
8. Reorientar os serviços da Câmara Municipal no sentido do seu compromisso com processos desburocratizados, flexíveis, descentralizados, e promovendo a participação dos cidadãos.

Em suma o nosso compromisso dirige-se para os seguintes campos de acção:

9. Combater a segregação socio-urbanísticas dos bairros procedendo á sua reabilitação física e do seu ambiente social e humano.
10. Desenvolver oportunidades para a integração económica da população.
11. Dinamizar processos de trabalho que articulem a diversidade de dimensões de actores e de recursos.
12. Alimentar e animar procedimentos de análise permanente da realidade e dinâmicas sociais de onde poderão emergir novas determinantes e prioridades.

B. REDE SOCIAL

A complexidade da problemática social não é compatível com medidas avulsas, descoordenadas no tempo e no espaço. Pelo contrário para ser eficaz supõe uma acção integrada com incidência nos diferentes aspectos sociais e urbanos.

A gestão da cidade tem que ser mais articulada e integrada nas suas diversas componentes. É preciso afirmar uma estratégia orientadora precisa e clara. É cada vez mais necessário ter uma visão estratégica, solidamente fundamentada, dos problemas sociais.

Daí a necessidade urgente da elaboração do "Plano de Desenvolvimento Social", da implementação das "Comissões Sociais de Freguesia" da "Comissão Local de Acção Social", em suma da implementação da Rede Social. A recusa e o desinteresse manifestados pela actual Câmara em promover a criação destes instrumentos, imprescindíveis para responder aos novos desafios e aos novos problemas são caracterizadores do estilo de gestão adoptada, da insensibilidade e desconhecimento da complexidade dos problemas sociais. São apenas três os municípios que a nível nacional não implementaram estas medidas.

Neste contexto assumimos o compromisso de implementar, durante o ano de 2006, a **Rede Social**, que é um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social.

Esta será um instrumento para que se planeie de forma integrada e integradora o esforço colectivo através da constituição de um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas com intervenção nos mesmos territórios. Esta parceria baseia-se na igualdade entre os parceiros, na consensualização dos objectivos e na concertação das acções desenvolvidas pelos diferentes agentes locais.

Com este Programa pretendemos:

- induzir o planeamento estratégico participado;
- promover a coordenação das intervenções ao nível concelhio e de freguesia;
- procurar soluções para os problemas das famílias e pessoas em situação de pobreza e exclusão social;
- formar e qualificar agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local, no âmbito da Rede Social;
- promover uma cobertura adequada do concelho por serviços e equipamentos;
- potenciar e divulgar o conhecimento sobre as realidades concelhias.

Os instrumentos fundamentais serão o Diagnóstico Participado e Plano de Desenvolvimento Social, sendo que a Rede Social será materializada a nível local através da criação das Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e dos

Conselhos Locais de Acção Social (CLAS), constituindo plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respectivamente, a nível de freguesia e concelho.

C. SEM LIMITES PARA APRENDER A SER FELIZ: A CIDADE DOS SENIORES

O Porto tem 263.313 habitantes. Destes, 19,4% são população idosa percentagem muito superior à do Distrito (12,3%) O Porto apresenta ainda o maior índice de envelhecimento ao nível do Distrito e do País (147,5% no Porto 77,6% no Distrito e 45,3% no País). A Autarquia não pode ficar indiferente a este facto tanto mais que estamos perante um grupo de pessoas que estão mais vulneráveis a situações de pobreza e exclusão.

Outro dado a ter em conta é que os idosos, na nossa cidade, experimentam o envelhecimento de forma heterogénea que tem a ver com questões de género, classe social e etnia. Este facto conjugado com o aumento da esperança de vida, alargando em termos etários este grupo, impõe a operacionalização de um leque diversificado de respostas.

O Porto, como todas as sociedades modernas apresenta baixos índices de natalidade e mortalidade, com processos de mudanças aceleradas onde a inovação tende a ocupar o lugar da tradição. Além disso, há uma valorização das esferas da produção e do consumo, ao mesmo tempo que o património familiar é substituído pelo projecto individual. Esses indicadores não oferecem boas perspectivas para as pessoas que envelhecem nestas sociedades.

Estamos ainda perante um grande contingente de idosos na nossa cidade que sofrem um processo de exclusão social nas suas diferentes dimensões. É assim que a candidatura do PS à Câmara tem como um dos seus objectivos de 1ª linha “resgatar” o sujeito idoso deste processo de exclusão:

- Tirando-o do seu isolamento;
- Propiciando-lhe saúde, energia e interesse pela vida, modificando a sua imagem perante a sociedade e perante si mesmo;
- Compensando as dificuldades decorrentes da idade através da implementação de actividades físicas, culturais e de acções de saúde preventivas;
- Assegurando serviços de qualidade e ajudando a desenvolver recursos humanos de excelência e com conhecimentos para lidar com o grupo etário;
- Implementando um programa que possibilite a redescoberta de potencialidades adormecidas ou criando novas possibilidades para os idosos em geral mas com uma atenção redobrada para as mulheres que chegam desejosas de exercer uma liberdade que parece ter sido cerceada (pelos pais, pelo marido, nas suas funções de esposa e mãe) mesmo quando tiveram uma participação no mercado de trabalho;
- Eliminando, progressivamente todas as barreiras arquitectónicas que proliferam pela Cidade e que são um obstáculo sério para quem tem mobilidade reduzida.

Projecto que recrie a velhice como tempo de adquirir novos conhecimentos, realizar sonhos deixados de lado ao longo da vida, cuidar mais de si mesmo, valorizando-se como sujeito que se sente produtivo, pois desenvolve actividades artísticas, culturais, conhece os seus direitos e sente que é respeitado pela sociedade que ajudou a construir.

Pretendemos implementar uma **Política Municipal para o Idoso** que contará com todos os parceiros da sociedade civil (Instituições e associações) e dos Serviços desconcentrados da Administração Central (Saúde, Segurança Social, Educação...), com a participação dos idosos (através das suas estruturas representativas e outras de participação democrática) e com a mobilização de todos os Pelouros Camarários (do urbanismo ao desporto, do ambiente à cultura e à educação).

Propomo-nos:

1. Dar condições às Instituições, que no terreno prestam serviços à população idosa, para fazer mais e melhor: alargando os seus serviços em quantidade e qualidade; (apoios domiciliários mais sistemáticos integrados e abrangentes, apoio na compra de medicamentos para os idosos de recursos débeis, etc.)
2. Dinamizar e criar condições para a implementação de novas respostas mais adequadas às necessidades e mais adaptadas aos locais:
 - Residências Comunitárias (pequenas residências onde um grupo pequeno de idosos mora, como se da sua casa se tratasse).
 - Criação de espaços residenciais adequados, convertendo uma parte das habitações sociais da cidade em espaços residenciais autónomos, de pequena área (cerca de 35 m²), com equipamentos comuns utilizáveis por quem deles necessitar: lavandaria, refeitório, serviço de enfermagem, entre outros.

- Compromisso: garantir, durante o mandato, a edificação/reconversão de 400 fogos nessas condições.
3. Estabelecer um acordo com as Associações locais dando-lhes meios para abrirem as suas portas, de forma activa, aos idosos propiciando actividades, espaços de convívio e até de segurança.
 4. Criar a " Casa dos Ofícios Seniores" (complementando as Universidades Seniores) dando o devido valor às actividades manuais. Esta casa teria vários ateliers onde a população idosa (e não só, porque poderia estar aberta a outros grupos etários favorecendo e potenciando a intergeracionalidade) poderia continuar, de forma criativa, a exercitar os seus saberes e outros de que teve vontade e nunca pode materializar (carpintaria, encadernação, ourivesaria, música, pintura, cerâmica e outros da vontade dos "donos", ou seja dos idosos).
 5. Criar um programa cultural e de animação contínua com iniciativas coerentes e articuladas. Nesta área daremos uma importância acrescida às questões ligadas à Cidade e à sua história completando-a com as Estórias dos mais velhos que fazem parte dum património cultural estimável. Esta animação deverá ser diversificada tendo em conta a situação dos idosos. Ou seja, prevemos propiciar condições para uma "animação ao domicílio" para aqueles que, pelas suas limitações físicas, já não possam sair de casa.
 6. Promover um programa de Desporto Sénior dando especial atenção ao correspondente apoio médico e à diversificação de tipo de actividades (de acordo com as possibilidades de cada um e acessibilidades aos locais de prática).

D. UMA CIDADE INCLUSIVA: POLÍTICA MUNICIPAL PARA O CIDADÃO COM DEFICIÊNCIA

Promover uma verdadeira política municipal para o cidadão com deficiência, que vise a sua reabilitação e (re)inserção social e o apoio social aos próprios e às famílias de dele necessitem:

1. Intervir activamente para que todos os deficientes vivam num meio físico acessível, despojado de barreiras arquitectónicas injustificadas e supríveis e dotado dos pertinentes dispositivos de apoio.
2. Ser especialmente exigente no que diz respeito ao mobiliário urbano, incluindo o que está suspenso, e à necessidade de ele ser sinalizado.
3. Garantir o direito à educação e à formação, sobretudo no que concerne ao ensino pré-escolar e ao primeiro ciclo do ensino básico e, neste âmbito, colaborar no transporte de crianças e jovens para a escola, de modo a que ninguém fique dela excluído por razões de mobilidade.
4. Remodelar tecnologicamente a biblioteca sonora e criar uma biblioteca digital, como equipamentos de ambição e impacto em todo o espaço lusófono.
5. Defender o direito dos deficientes ao trabalho, desde logo, promovendo a discriminação positiva no acesso a postos de trabalho no município e no universo das empresas/fundações/associações municipais.
6. Criar condições para o acesso dos deficientes ao lazer e à utilização gratificante dos tempos livres, à fruição e criação culturais, à cultura física e ao desporto, apoiando activamente os projectos associativos já existentes e potenciando o seu desenvolvimento qualitativo e quantitativo.
7. Desenvolver a Provedoria do Cidadão com Deficiência, dotando-a de meios para uma intervenção mais efectiva.

7. SEGURANÇA

As questões da segurança são multifactoriais e muitas delas só terão resposta cabal nos

terrenos social, económico, educativo e cultural. Mas é inegável que elas influenciam o quotidiano dos cidadãos e marcam negativamente a qualidade de vida dos portuenses.

Não é possível reanimar a baixa e/ou melhorar significativamente a qualidade de vida dos moradores dos bairros sem reorganizar a forma como actuam as forças de segurança na cidade.

Também neste domínio pensamos que a CMP não se pode alhear das suas responsabilidades e da necessidade de influenciar a vida da cidade.

Assumimos em concreto os seguintes compromissos:

1. Participar num programa de avaliação dos edifícios afectos à actividade da PSP na cidade, exigindo do governo meios para reabilitar as instalações mais degradadas, que põem em causa a funcionalidade e mesmo a dignidade das forças policiais.
2. Exigir o aumento dos efectivos policiais afectos ao policiamento de rua – pelo menos mais 300 efectivos até ao final de 2007 – de modo a assegurar um policiamento efectivo em toda a zona da baixa e na generalidade das zonas residenciais da cidade.
3. Regular a actividade dos guardas-nocturnos e aumentar o seu número e condições de intervenção.
4. Promover a regular auscultação de todas as instituições da cidade – Juntas de Freguesia, associações e outras – dando resposta pronta às questões relacionadas com as questões de iluminação e dos espaços abandonados utilizados em actividades marginais.

8. AMBIENTE

Numa cidade como o Porto, espaço construído, modificado, falar de ambiente tem um âmbito muito mais vasto do que o dos temas habitualmente relacionados com este assunto. Muito para além da qualidade do ar, da água, dos espaços naturais, na cidade do Porto o ambiente é também constituído pelos sistemas de transportes, a qualidade da paisagem urbana, a eficiência energética dos edifícios, a participação responsável dos cidadãos nos assuntos na cidade.

É bom de ver que um programa ambiental para o Porto é resultado da análise e da vontade de transformar uma vastidão de opções sectoriais que produzem influência no bem-estar urbano. Nesse sentido, os compromissos eleitorais do PS para a cidade do Porto no conjunto do seu programa terão sempre um cunho ambiental, seja qual for o domínio da nossa intervenção, conscientes que estamos de que a qualidade ambiental do espaço urbano é um factor decisivo das opções das famílias e dos agentes económicos numa cidade moderna.

Estes pressupostos, sendo verdadeiros, não afastam o PS de assumir um conjunto de compromissos claros relativos ao ambiente urbano. Fazer do ambiente um valor inalienável num projecto para a cidade obriga a que:

- O ambiente seja “política”, isto é, não se traduza na face minimizadora dos atropelos urbanísticos nem num conjunto de clichés de sustentabilidade, mas atravesse se forma activa todas as decisões urbanas em domínios como a mobilidade, o ordenamento, o uso energético, a paisagem urbana, a educação e a formação cívica;
- O ambiente seja “acção”, ou seja, para além de estar presente no conjunto das decisões da cidade, terá que ter sempre luz e representatividade própria, justificando investimentos no sector e contribuindo por si só para a construção de um legado de sustentabilidade e competitividade urbana de que beneficiem os portuenses e todos aqueles que nos visitam.

A “acção” ambiental que gera os compromissos mais evidentes do PS para com a cidade do Porto sustenta-se num triplo conjunto de temas:

- os recursos naturais e as suas frentes de contacto (falamos do Douro, do mar, das praias, das encostas declivosas, dos recursos hídricos);
- os espaços de lazer com estruturas naturais artificializadas (os parques, os jardins clássicos, um novo conceito de “verde” de proximidade);
- a estrutura verde e a humanização dos espaços de circulação (envolvendo a circulação, a arborização e o tratamento das construções e dos espaços intersticiais para novos usos públicos).

O PS assume claramente um conjunto de 4 compromissos ambientais, a cumprir no período de um mandato, e que são os seguintes:

1. **Um Parque por Ano de Mandato** – Dotar a cidade de uma estrutura de espaços verdes polarizada por grandes parques urbanos, duplicando a área verde por habitante na cidade (de 6 para 12m²/hab);
2. **Dois Quilómetros de Margem do Douro Qualificados** – Recuperar os espaços com valor natural importantes para o equilíbrio ecológico da cidade, de que o exemplo mais evidente é a faixa ribeirinha entre as pontes do Freixo e D. Luiz I;
3. **Três Novos Jardins no Centro da Cidade** – Desenvolver espaços de lazer urbano de matriz ambiental no interior de alguns quarteirões que se constituam como jardins de proximidade;
4. **Quatro Quilómetros de Ciclovia** – Criar corredores arborizados de circulação pedonal e em bicicletas que amenizem as condições de vida nos grandes eixos viários internos à cidade, ligando os dois principais pólos universitários.

Os projectos que integram estes compromissos são 9 e podem descrever-se da seguinte forma:

UM PARQUE POR ANO DE MANDATO

Parque da Quinta do Covelo

Rearranjo de um parque urbano cuja primeira concretização é do tempo dos anteriores mandatos socialistas, que se encontra abandonado, constituindo-se presentemente como um "gheto" verde na cidade do Porto. A intervenção, para além do arranjo das estruturas do parque, incluirá o reforço da segurança, da iluminação e a renovação dos motivos de visita. Área: 8 ha.

Parque da Prelada

Reconversão do actual parque de campismo para a criação de um parque urbano numa zona de concentração de residência na cidade do Porto. Área: 15 ha / Prazo: 2 anos

Parque de São Roque/Monte Aventino/Praça Velasques

Criação de um contínuo de parque, que contemple a ampliação das actuais zonas verdes, conseguindo uma ligação desde a Praça Velásquez ao Parque de São Roque, potenciando a dinâmica de animação desportiva existente no Monte Aventino, criando condições renovadas de fruição de todo este espaço, que passam por garantir a segurança, a animação e a renovação dos motivos de visita e permanência. Área: 12,5 ha / Prazo: 3 anos

Parque Oriental

Iniciar a criação de um parque na zona oriental da cidade, que envolva os vales dos Rios Tinto e Torto e o Bairro de Azevedo, garantindo que no final do mandato estará concluída a execução de metade do parque. A importância deste parque é comparável à do parque da cidade, pelo que, a sua conclusão não será possível num só mandato. Área: 50 ha / Prazo: 4 anos

DOIS QUILOMETROS DE MARGEM DO DOURO QUALIFICADOS

Recuperação das Escarpas entre as Pontes do Freixo e D. Luiz I

Projecto estruturante de reabilitação ambiental e urbana da margem ribeirinha "esquecida" do Rio Douro. Com uma forte componente ambiental e de preservação das escarpas entre as pontes do Freixo e D. Luiz I, pretende-se tratar todo um espaço a duas cotas que envolva a marginal até ao Palácio do Freixo. Extensão de rio: 2 km / Prazo: 4 anos

TRÊS NOVOS JARDINS NO CENTRO DA CIDADE

Aproveitamento dos logradouros de dois grandes quarteirões no centro da cidade para neles implantar dois jardins pensados para os moradores e os visitantes mais frequentes.

Jardim da Companhia Aurifícia

O maior dos três jardins, implantado no quarteirão da Companhia Aurifícia, beneficiará da presença deste edifício e assumir-se-á como modelo de gestão dos espaços mais degradados do miolo urbano (as traseiras). Área: 4 ha / Prazo: 4 anos

Jardim das Artes

O segundo, junto a Miguel Bombarda, completará a oferta urbana deste espaço, baseada na presença de galerias de arte, e criará um espaço de estar associado ao funcionamento destas galerias. Área: 2 ha / Prazo: 4 anos

Jardim da Bouça

O terceiro jardim, próximo da Lapa, nasce num espaço aberto e de limite de um dos poucos vales da cidade que ainda preservam a sua orografia natural e será um elemento de guarnição urbanística numa zona reintegrada na cidade com o projecto do metro. Área: 1 ha / Prazo: 2 anos

QUATRO QUILOMETROS DE CICLOVIA

Criação de um Corredor Arborizado para a Circulação Pedonal e de Bicicletas

Desenvolver um corredor (ciclovía) que ligue os dois principais pólos universitários da cidade, recuperando o espaço público de territórios urbanos com forte presença residencial e comercial como sejam a Boavista, o Carvalhido e a Arca de Água. Para além da função mobilidade, este projecto contemplará o arranjo de todo o espaço público na envolvente imediata e arborização dos corredores. Extensão: 4 km / Prazo: 3 anos

Numa outra dimensão, o Porto terá que resolver algumas questões básicas que não são compatíveis com uma imagem moderna e sustentável.

Em primeiro lugar, o **tratamento dos seus efluentes**, que apesar da existência de capacidade instalada nas ETAR do Freixo e de Sobreiras está longe de estar resolvido. Existe ainda um alargado número de ligações clandestinas que contribui para a poluição dos cursos de água que atravessam a cidade e que, com uma política eficaz de fiscalização, terá que resolver-se no período de um mandato.

Só desta forma poderemos contribuir para a melhoria da qualidade das águas balneares do Rio Douro no seu estuário e das praias da cidade.

Também ao nível da recolha selectiva de resíduos e muito particularmente dos resíduos orgânicos, o Porto terá uma voz activa na LIPOR para garantir uma maior eficácia na recolha e na adequação do destino final.

A melhoria da qualidade do ar é uma medida muito dependente do sistema de transportes. Aí, os benefícios serão consequência do desenvolvimento da rede de eléctricos e da construção de corredores dedicados ao transporte público que diminuirão a procura intensiva do transporte individual.

O PS compromete-se ainda a incentivar as políticas de utilização de energias alternativas nos edifícios e nos meios de transporte, bem como, nomeadamente nas recuperações de imóveis a promover uma construção que garanta a melhoria da performance energética dos edifícios, reduzindo o consumo sem reduzir as condições de conforto térmico.

9. URBANISMO E MOBILIDADE

A. URBANISMO

Nos últimos tempos o Porto tem sido uma cidade fechada, com múltiplas quezílias, perdendo com isso a sua capacidade de liderança. O urbanismo reflecte este estado de coisas, numa quase paralisia da cidade, com estagnação de licenciamentos privados e uma política de obras públicas muito dependente de obras do metro. A gestão urbana está mais fechada do que nunca, assente em pura propaganda e dificultando a transparência.

Há que evitar demagogias fáceis como a de uma pretensa prioridade à Baixa que serve para parar toda a cidade incluindo a própria Baixa. Há que contribuir activamente para promover uma estrutura metropolitana capaz de resolver os problemas que se colocam na escala supra-municipal e que não se podem resolver apenas pelo encontro de vontades individuais dos municípios.

Em matéria de urbanismo apresentam-se cinco temas para quatro anos.

DAR FUTURO À CIDADE HISTÓRICA

Transportar a cidade herdada para os nossos tempos, implica não apenas anunciar, mas criar de facto parcerias entre público e privado e entre Estado central e Estado local, que permitam concretizar as soluções, caso a caso, que possam construir um futuro orientado pelo equilíbrio desejado entre uma total preservação financeiramente incomportável e uma renovação socialmente inaceitável. Nesta linha, privilegiamos 4 medidas:

1. Repovoar as freguesias históricas com programas de habitação a custos controlados e alojamento destinado a estudantes, permitindo criar **100 novos alojamentos por ano**;
2. Em parques já existentes ou a criar, afectar **100 lugares de estacionamento** por ano para os residentes a custos sociais;
3. **Recuperar o Mercado do Bolhão**, dando prioridade às funções existentes;
4. **Resolução urbanística do espaço da Avenida da Ponte**, tendo em vista uma maior integração da Sé na cidade.
5. Criar uma **Loja do Cidadão na baixa do Porto**, preferencialmente na zona Carlos Alberto / Clérigos.
6. Criar, em cooperação com a FAP e com a(s) Universidade(s) um **Pólo Zero**, destinado aos universitários com equipamentos de estudo, de utilização das novas tecnologias e de restauração, que funcione 24 horas por dia, constitua um instrumento útil aos estudantes e susceptível de os atrair ao centro da cidade.

CRIAR NOVOS CENTROS METROPOLITANOS

Tomando a Baixa por prioridade, o Porto não pode ficar dependente apenas deste espaço no jogo de concorrências e de complementaridades em que se joga a sua inserção metropolitana e regional. Nesse sentido, – e no de estabelecer um mais justo equilíbrio entre o lado oriental e ocidental – propõe-se a constituição de dois novos grandes centros: Antas / Campanhã e Ramalde / Boavista.

Para afirmação do centro Antas / Campanhã assumem-se 3 compromissos para os próximos 4 anos:

7. Abertura de novas ligações para reforço da conexão entre o Estádio do Dragão e a Estação de Campanhã (com ligação ao metro, ao comboio e futuramente ao TGV) e para promover a reconversão de áreas industriais e residenciais degradadas;
8. Reforço do uso público do Palácio do Freixo, como “sala de recepções” da cidade;
9. Criação de um Centro de Congressos / Pavilhão Multiusos na zona oriental.

Para afirmação do Complexo Empresarial de Ramalde, assumem-se 3 compromissos para os próximos 4 anos:

10. Realização e aprovação de um Plano de Urbanização que defina os usos e os mecanismos de transformação da Zona Industrial de Ramalde, num espaço de acolhimento de actividades inovadoras e de acentuada componente cultural e tecnológica;
11. Abertura de novos arruamentos para favorecer a ligação entre a Senhora da Hora e a Rotunda da Boavista, de modo a reforçar o eixo Ramalde-Boavista e a diminuir a carga sobre a IC1;
12. Reperfilamento da Avenida AEP, de forma a compatibilizar o trânsito de passagem com o de relação local, favorecendo a ligação entre um e outro lado da via.

MELHORAR AS LIGAÇÕES ENTRE AS ZONAS ORIENTAL E OCIDENTAL DA CIDADE E ENTRE O DOURO E A PARTE ALTA DA CIDADE

Em resultado da sua topografia e da sua história, a cidade do Porto apresenta dificuldades na ligação entre a frente ribeirinha e a parte alta, assim como uma assimetria Este-Oeste que é reforçada pela deficiente ligação entre as duas partes da cidade. Para alterar este estado de coisas, propõem-se 3 grandes medidas:

13. Humanização do eixo Mouzinho da Silveira - Rua das Flores, favorecendo o seu uso na circulação a pé;
14. Ligação do nó de Bonjóia a S. Victor, aproveitando, em parte, o canal da antiga linha da Alfândega;
15. Prolongamento da Rua de Gonçalo Cristóvão até à Rua de Santos Pousada, a continuar nos 4 anos seguintes até à Rua de Pinto Bessa, permitindo assim uma ligação fácil, pela Avenida e Rua da Boavista, entre o Castelo do Queijo e a Estação de Campanhã.

PROMOVER A REQUALIFICAÇÃO DAS CIRCULARES

A Via de Cintura Interna e a Estrada da Circunvalação foram ambas pensadas, em épocas distintas, numa lógica de estrada que criou um efeito de barreira e dificultou a integração urbana dos dois lados destas vias circulares do Porto. Para alterar este estado de coisas, assumem-se 2 compromissos:

16. Eliminar o efeito de ruptura ambiental e funcional provocado pela VCI, através da sua cobertura parcial, o reforço das barreiras sonoras e o arranjo paisagístico da envolvente;
17. Em articulação com Matosinhos, Maia e Gondomar, transformar a Estrada Exterior da Circunvalação numa avenida, de forma a compatibilizar o automóvel e o transporte colectivo com o reforço do seu uso pelo peão e pela bicicleta.

GERIR A CIDADE

A ausência de uma estratégia, o espírito quezilento da gestão, a opacidade das decisões e a propaganda enganosa, terão um fim, a favor de medidas de reforço de uma democracia mais exigente que tome os cidadãos como agentes de desenvolvimento. Nesta matéria assumimos 4 grandes compromissos:

18. Criar, em sede de Assembleia Municipal, espaços e tempos especialmente destinados e adequados para a auscultação dos cidadãos, individualmente ou constituídos em associações;
19. Zelar pelo rigoroso cumprimento da lei, designadamente no cumprimento dos prazos de apreciação de projectos e licenciamento de obras, sem abdicar da promoção da sua qualidade;
20. Reorganizar e racionalizar os serviços municipais, de forma a assegurar eficácia, responsabilidade e transparência.

B. MOBILIDADE

As principais opções da política urbana para a próxima década passam em grande medida por uma gestão que saiba integrar três áreas estratégicas para o futuro da cidade do Porto: urbanismo, o ambiente e a mobilidade.

Relativamente a esta, é preciso encetar uma política capaz de aumentar a mobilidade das pessoas tendo por base a diversificação dos modos de transporte em consonância com a qualificação do espaço público, e tendo como resultado o aumento da competitividade dos indivíduos e das organizações públicas e privadas, assim criando uma cidade mais atractiva e com melhor qualidade de vida para todos, residentes e visitantes.

Nesta e noutras matérias, a gestão dos últimos anos começou por simular uma reacção a políticas que foram desenvolvidas sob a bandeira da “PORTO 2001” e poderiam parecer elitistas, dado o conjunto de alterações à linguagem habitual no imaginário urbano; mas rapidamente se percebeu que essa reacção não visava recuperar os que não acompanharam essa modernização da cidade, antes era sobretudo um processo gerador de conflitualidades e revanchismos. A esse propósito, a promoção dos carros antigos (o que só por si não é um mal) tem o seu simbolismo, enquanto reacção (inconsciente?) à política inovadora de gestão da mobilidade que tinha sido encetada nas governações socialistas que decidiram o lançamento do metro como projecto essencial para a diversificação dos modos de transporte na área metropolitana – e que alguns dos que agora aparecem à frente nas inaugurações e a defenderem-se dos gastos a mais, diziam que não passaria do papel.

Contudo, as obras na cidade impostas à Metro do Porto apresentam uma marca obsessiva por um revivalismo atávico: na Rotunda da Boavista diminuíram-se as valências e a área pedonal sem vantagens para a circulação automóvel que também piorou; na avenida da Boavista, quase se eliminam os passeios em favor de um projecto imposto à cidade e aos seus cidadãos que apenas mostra metros quadrados de asfalto; e são arrancados carris de eléctrico, trocados por mais asfalto a propósito de um novo viaduto que se pretende construir sobre o Parque da Cidade. Isto, para nada dizer do que se passa na Avenida dos Aliados e que merece o nosso repúdio pela forma como surge imposto por uma empresa aos portuenses, por mais respeito que nos mereçam os arquitectos contratados.

Paralelamente, obras iniciadas anteriormente foram acabadas com intencional inversão de valores: na envolvente ao Hospital de Santo António volta-se a colocar o eléctrico juntamente com o tráfego automóvel, quando essa foi a razão que levou à sua extinção. Assim, aquilo que se faz sob a bandeira do pretensão rigor financeiro constitui antes uma delapidação grave do património da cidade, quer do mais antigo como do recentemente adquirido ou construído.

Os próximos quatro anos devem constituir uma viragem no modo de ver a cidade e na forma de a gerir, sem abdicar de intervenções no domínio da mobilidade que, na maioria dos casos, implicam sobretudo capacidade negociadora e de articulação com as instituições associadas aos transportes.

O conjunto de compromissos que aqui se apresentam corresponde no essencial à selecção das propostas do Plano Director Municipal que se consideram de concretização prioritária. Está organizado em 4 Temas que se desdobram em 15 compromissos com os cidadãos da cidade e, também, da região, concretizando a afirmação de uma política de transportes e mobilidade para o novo século, sustentada não apenas nos meios autárquicos, mas sobretudo nas parcerias público-público e público-privado que urge reestabelecer, no reforço da articulação com o governo e no melhor aproveitamento das novas oportunidades abertas pelo novo Quadro Comunitário de Apoio da EU que o Estado Português actualmente negocia.

Ao mesmo tempo, o Porto não poderá deixar de dar a máxima atenção e apoio a todas as iniciativas no domínio dos transportes, como TGV e ligações aéreas e rodoviárias, com escala e impacto no desenvolvimento da economia regional, tendo em vista o fortalecimento colectivo Nacional e do Noroeste Peninsular.

ACTUAR SOBRE O SISTEMA VIÁRIO, TENDO COMO OBJECTIVO CENTRAL A QUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS DE REFERÊNCIA

A cidade do Porto carece da conclusão de importantes ligações rodoviárias que permitirão tirar partido de um sistema de circulação principal e secundário, tendo por objectivo defender do tráfego de passagem extensas áreas residenciais em que a qualidade ambiental está seriamente afectada pela poluição automóvel. Em complemento e total articulação com os compromissos propostos no domínio do urbanismo, assumem-se as seguintes intervenções na rede viária:

1. Impulsionar a resolução dos novos arruamentos entre a Av. de França e o nó do Regado da Via de Cintura Interna criando uma alternativa de ligação da Constituição e Boavista à VCI, o que contribuirá para diminuir a pressão sobre a Rotunda e o nó de Francos.
2. Iniciar a construção de uma ligação secundária entre a Praça Nove de Abril (Arca d' Água) e a Rotunda de Francos, com aproveitamento da passagem inferior à linha de metro e em articulação com a remodelação do Nó do Regado.
3. Operacionalizar o sistema de circulação envolvente à Rotunda da Boavista previsto no PDM, o que permitirá retirar tráfego automóvel da Rotunda com reflexos na sua qualificação ambiental e também dos eixos que nela convergem.

4. Concluir a ligação do arruamento lateral à Faculdade de Engenharia com Costa Cabral, remodelar a ligação da VCI ao sistema de circulação da Asprela (alternativa ao cruzamento de Paranhos) e implementar um novo esquema de circulação no Pólo da Asprela, recolhendo os benefícios da finalização da obra do metro e dotando de boas condições a acessibilidade ao Hospital de São João.

ASSOCIAR A QUALIFICAÇÃO DE ZONAS DA CIDADE À RESOLUÇÃO DO ESTACIONAMENTO DE MORADORES

A valorização urbanística, funcional e ambiental da cidade em geral de determinadas áreas em especial, exige que sejam tomadas medidas de contenção do tráfego automóvel e de valorização de outras valências do espaço público, para o que será essencial resolver o estacionamento dos moradores fora do espaço público. Como primeiros passos neste domínio, para lá do que foi proposto em matéria de urbanismo em relação à criação ou afectação de lugares de estacionamento a custos sociais, propõe-se:

5. Concursar a construção do parque de estacionamento dos Guindais sob a marginal, junto ao tabuleiro Inferior da Ponte D. Luis, em interface com o elevador (acesso à Batalha), com dotação parcial de estacionamento para residentes da Ribeira e Guindais.

DIVERSIFICAR OS MODOS DE TRANSPORTE NA CIDADE VALORIZANDO A CRIAÇÃO / DESENVOLVIMENTO DE UMA REDE DE ELÉCTRICOS MODERNOS

A promoção da mobilidade através da diversificação dos modos de transporte constitui um dos principais desafios que se colocam à cidade no início do século XXI. A diminuição da pressão automóvel sobre o centro verificada nos últimos anos, decorrente quer do declínio funcional da Baixa como da recente entrada em funcionamento do metro, tem de ser aproveitada para o lançamento de uma política de reestruturação dos espaços-canal que favoreça o transporte a pé e o incremento do transporte de bicicleta e ainda a expansão da rede de eléctricos. Esta é, claramente, uma aposta que visa dotar a cidade de eléctricos modernos capazes de oferecerem um serviço porta-a-porta de grande frequência e acessibilidade, que liberte os cidadãos da dependência do automóvel particular e dos seus crescentes custos inerentes (o preço em alta dos combustíveis deverá manter-se), com prejuízo claro para a qualidade ambiental da cidade.

6. Negociar com entidades públicas e privadas o financiamento da conclusão da Linha de Eléctricos entre os Leões e a Batalha, num modelo de gestão em articulação com os parques de estacionamento já existentes, melhorando as condições de movimentação a pé para quem faz compras na Baixa.
7. Ligar a Linha de Eléctrico da Marginal a S. Bento (metro e comboio) e prolongá-la também até ao tabuleiro inferior da Ponte pelo Túnel da Ribeira, em articulação com o Parque de Estacionamento e o Elevador dos Guindais
8. Dar luz verde ao concurso que a actual gestão camarária bloqueou para a concessão de transporte fluvial de passageiros entre o cais de Gaia e S. Francisco (o que se articulará com a subida do eléctrico até S. Bento).
9. Promover a reconversão e requalificação da Avenida da Boavista tendo em vista a instalação de um modo ferroviário ultra ligeiro compatível com o padrão urbanístico e de circulação pedonal e rodoviária desejável para esse grande eixo urbano da cidade.
10. Construção da segunda fase do projecto de corredores de alta qualidade para autocarros entre a Galiza e o Mercado da Foz, com a finalização do sistema de arruamentos entre o cruzamento da Igreja de Lordelo do Ouro e a Praça do Império.
11. Reconversão e requalificação da Avenida de Fernão de Magalhães tendo como objectivo a criação corredores de alta qualidade para autocarros entre o Campo 24 de Agosto (metro) e a Areosa (o corredor de autocarros deverá ter a possibilidade de, no futuro, se reconverter numa linha de eléctricos modernos).
12. Elaborar o projecto de reconversão e requalificação dos eixos de Nossa Senhora de Fátima com a Constituição/Damião de Góis, tendo como objectivo a criação corredores de alta qualidade para autocarros entre a Rotunda da Boavista e o Marquês (o corredor de autocarros deverá ter a possibilidade de, no futuro, se reconverter numa linha de eléctricos modernos).

FAVORECER OS MECANISMOS DE GESTÃO E ACTUAÇÃO RÁPIDA

Muitos dos principais problemas não estão associados à realização de grandes obras. Por vezes, uma maior atenção e uma mais eficaz capacidade de resposta a pequenos problemas podem ter efeitos significativos sobre a mobilidade e a qualidade de vida dos portuenses no seu dia-a-dia, muito em especial dos grupos de mobilidade reduzida. No domínio da gestão, assumimos os seguintes compromissos:

13. Criação de equipas mistas de manutenção de eixos urbanos de grande utilização mista (marginal, por exemplo) compostas por fiscais municipais, brigadas de conservação e realização de pequenas obras de manutenção, brigadas de limpeza e jardins, e polícia municipal vocacionada para a regulação e respeito pelas regras de utilização dos diferentes espaços-canal (viário, estacionamento, peões, eléctrico, bicicletas, etc.), sob uma direcção estratégica por objectivos.
14. Implementar uma organização dos serviços municipais que favoreça os aspectos transversais da actuação interdisciplinar pelos diferentes departamentos, através da criação da figura de gestor de projectos estratégicos que deverá, entre outros aspectos, cuidar da resposta aos problemas dos grupos de pessoas de mobilidade reduzida (crianças, idosos e portadores de deficiência), promovendo a eliminação de barreiras e outras medidas de incremento da segurança e do conforto da circulação.
15. Iniciar um processo de trabalho com a associação de comerciantes e operadores logísticos no sentido da criação de uma rede de infraestruturas para a organização da logística do abastecimento urbano, tendo como objectivo central a redução do problema das cargas/ descargas, a diminuição de custos para o comércio central e a qualificação ambiental (redução de tráfego de veículos pesados nas ruas da cidade).

10. CULTURA

O Porto afirmou-se na última década do século XX como uma cidade culturalmente activa, interveniente e cosmopolita. O trabalho continuado ao nível das estruturas nacionais e camarárias, bem como todo o trabalho desenvolvido por agentes culturais independentes, levaram à nomeação da cidade como Capital Europeia da Cultura em 2001. Nesse âmbito foi concretizado um trabalho de coordenação inter-institucional sem precedentes, o que levou à sedimentação e à captação de novos públicos.

Uma cidade que congrega equipamentos como o Museu de Serralves, o Teatro Nacional de S. João, a Casa da Música e o Rivoli Teatro Municipal, o Teatro Carlos Alberto, a Galeria do Palácio/ Biblioteca Municipal Almeida Garret, a Casa da Animação e as galerias de arte, entre muitos outros, tem, obrigatoriamente, de se afirmar como uma cidade nacional e internacionalmente competitiva no contexto das indústrias culturais.

Por outro lado, a crescente afirmação da “Escola de Arquitectura do Porto” no contexto internacional responsabiliza, igualmente, toda e qualquer política cultural no sentido de preservar e divulgar um património único e capaz de gerar efeitos de diferenciação positiva num contexto cada vez mais globalizado.

No ciclo iniciado pela presente gestão autárquica, atingiu-se na área cultural um ponto de ruptura sem precedentes na história recente da cidade: a desconfiança relativamente aos agentes culturais é latente e a paralisia das estruturas que directamente dependem da Câmara Municipal gritante. Importa, por isso, diagnosticar quais as razões que levaram a esse marasmo institucional para rapidamente restaurar um diálogo digno e eficaz com todos os criadores e produtores culturais.

Assim, a alternativa à política cultural deste executivo passa pela afirmação clara da cultura como base de uma gestão autárquica que retome a herança positiva dos anteriores executivos municipais socialistas, e que se proponha inclusivamente a dar expressão a um maior protagonismo da área cultural nas suas mais diversas vertentes, num entendimento alargado do facto cultural, que engloba o património e a criatividade contemporânea, a memória histórica e a intervenção na contemporaneidade, o que se tem de conseguir mediante a capacidade de coordenação de esforços e de criação de sinergias no âmbito de áreas como a economia, a educação, o turismo e o ambiente. De facto, a própria União Europeia, na chamada “Estratégia de Lisboa” indica como factor vital de desenvolvimento uma “economia baseada no conhecimento”.

Assim, a política cultural desta candidatura assenta nas seguintes linhas de afirmação:

A CULTURA COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO E DE COESÃO SOCIAL

1. **Valorizar a experiência do CACE (Centro de Apoio à Criação de Empresas) Cultural do Freixo.**
2. **Promover o envolvimento da sociedade civil no financiamento de projectos culturais.**

É preciso repetir até à exaustão: não existiu qualquer política cultural para a cidade na governação autárquica do Dr. Rui Rio. Não se trata de um chavão eleitoral, mas sim a crua constatação de um desprezo absoluto pela área da cultura, algo que contraria, em absoluto, qualquer política responsável e arrojada no contexto das sociedades contemporâneas. Este é o grande equívoco do Dr. Rui Rio: confundir cultura com elitismo intelectual. Só uma pessoa distraída ou de má-fé é que não percebe que fenómenos como as exposições do Museu de Serralves que atingem os cem mil visitantes são fenómenos socialmente transversais (ou teríamos a classe média-alta mais significativa da Europa...).

Assim, a primeira tarefa a desempenhar por esta candidatura passa por repor a confiança no diálogo com os mais diversos agentes culturais, combatendo a ideia de que todos não passam de “subsídio-dependentes”, imagem tão cara à direita portuguesa. Este diálogo terá de se centrar nas prioridades de um campo que sofreu sistemáticos ataques à sua dignidade profissional e constrangimentos financeiros (refiram-se, a este nível, os casos inaceitáveis de invisibilidade de equipamentos camarários como o Rivoli, a Galeria Municipal ou o Crat, o que se deve essencialmente a um sufoco orçamental que se não é propositado é, no mínimo, irresponsável). Na verdade, também só uma pessoa muito distraída ou de má-fé é que não percebe que a afirmação da cultura pressupõe igualmente uma visão estratégica para a cidade em termos simbólicos, económicos e sociais. O Porto não se encontra em posição de criar bolsas de emprego em muitas áreas, e negligenciar a área cultural seria um erro colossal. Do muito trabalho já realizado, lembre-se a título de exemplo o acordo conseguido no âmbito do Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura entre a Câmara Municipal e o Instituto de Emprego e Formação Profissional da **criação do Cace (Centro de Apoio à Criação de Empresas) Cultural do Freixo**. Localizado na zona oriental da cidade – que importa revitalizar com urgência – este é um exemplo prático de intersecção da cultura com o universo económico. Assim, esta será uma estrutura a que será dedicada particular atenção no sentido de promover o emprego neste âmbito.

A imagem negativa que a presente gestão autárquica quis fazer passar da actividade cultural obstruiu um dos maiores desafios que qualquer gestão camarária da cultura deve abraçar: a captação de investimento privado para iniciativas e estruturas municipais que assim reforçariam os respectivos orçamentos. É óbvio que quem não acredita na cultura não pode, sob pena de incorrer num exercício de hipocrisia lamentável, pedir a terceiros que participem nos gastos que lhe são inerentes. Esta será uma das questões fulcrais que assumiremos neste mandato, pois entendemos que o **envolvimento da sociedade civil no financiamento de projectos culturais**, ainda que incipiente em Portugal, é um dos mais fortes indicadores de uma sociedade competitiva e coesa.

A CULTURA COMO MEIO DE CONSOLIDAÇÃO DA CIDADE NO PANORAMA NACIONAL E INTERNACIONAL

3. **Concretização de um projecto de reabilitação urbana da rua Miguel Bombarda.**
4. **Implementar a divulgação conjunta dos programas das galerias, animando o espaço público e captando novos estratos da população.**
5. **Criar um Festival de Cultura Contemporânea, a Bienal Contemporânea do Porto.**
6. **Promover um programa de residência de artistas internacionais nos Ateliers da Lada.**
7. **Concertar políticas de captação do turismo associado ao vinho do Porto para outras actividades e realidades culturais.**

Pensar o Porto como entidade isolada da Região Metropolitana e do Norte em geral resultaria num exercício autista, tal como ignorar a influência positiva de uma imagem de credibilidade e competitividade internacional hipotecaria a capacidade dos portuenses melhor se integrarem no contexto europeu onde, como se sabe, a presença da cultura se inscreve no normal fluir da realidade contemporânea. Nesse sentido, e independentemente de esforços individuais e institucionais notáveis, importa estabelecer plataformas de trabalho em rede, onde se aproveitem sinergias que se encontram no terreno à espera de uma articulação cuidada e profissional. A título de exemplo, refira-se o exemplo das galerias de arte, cuja vitalidade tem contribuído para uma imagem positiva da

cidade no exterior e para o ressurgimento de uma artéria da cidade que até à sua presença se encontrava adormecida. Se até aqui o esforço de divulgação da sua actividade tem vindo a ser assumido individualmente, este programa compromete-se a viabilizar a **concretização de um projecto de reabilitação urbana da rua Miguel Bombarda**, transformando-o num destino de excelência para a vida artística da urbe. Ao mesmo tempo será **implementada uma divulgação conjunta**, o que já acontece há muitos anos em Lisboa e noutras cidades europeias.

Mais do que impor uma programação cultural alternativa ou de costas voltadas para a realidade do tecido institucional da cidade, urge, então, encontrar momentos em que as parcerias – mais ou menos previsíveis – entre instituições produzam resultados inovadores. Essa foi uma das mais paradigmáticas ilações da Capital Europeia da Cultura: o número de instituições envolvidas nesse projecto e o modo como muitas se aliaram num objectivo comum, estabeleceu um patamar de profissionalismo e eficiência que tem de ser constantemente renovado e recriado. Nesse sentido, propomos a realização de um **Festival de Cultura Contemporânea, a Bienal Contemporânea do Porto**, onde as mais diversas áreas (e instituições que as promovem) encontrem um espaço de afirmação concertado: da música às artes plásticas, do teatro ao cinema, da dança à arquitectura, muitas são as esferas de acção artística onde a qualidade das programações institucionais garantem, desde logo, a possibilidade deste Festival se enraizar como evento central de uma cidade que exiba orgulho no seu cosmopolitismo, quer pelos criadores que alberga, quer pela capacidade de atrair criadores do exterior de qualidade incontestável.

A este propósito refira-se igualmente o compromisso de retomar um programa entretanto esquecido de **residência de artistas internacionais nos Ateliers da Lada**, repensando os seus estatutos originais, já que esta estrutura praticamente invisível na cidade pode constituir um exemplo do modo inteligente como nos podemos inserir nos circuitos internacionais.

Com a abertura do Museu do Vinho do Porto, projecto delineado pela anterior governação socialista, deu-se um primeiro passo na capitalização efectiva das largas centenas de milhar de turistas que passam pela nossa cidade anualmente de forma demasiado rápida e fugaz: é necessário **concertar políticas de captação desse turismo** para outras actividades e realidades culturais, o que a cidade está em condições de oferecer se, mais uma vez, apostar numa divulgação aguerrida e eficaz.

A CULTURA COMO VEÍCULO DE UMA PERCEPÇÃO QUALIFICADA DO ESPAÇO PÚBLICO

8. **Promover intervenções artísticas e culturais no espaço público que cruzem lugares e conteúdos para dar visibilidade às estruturas municipais e a espaços de relevância arquitectónica, histórica e social da cidade.**
9. **Desenvolver um programa de inclusão de arte pública nos mais diversos espaços da cidade, como elemento da sua valorização.**
10. **Criar um programa de conteúdos culturais para a motivação de uma frequência regular dos espaços da Baixa.**
11. **Apoiar uma política cultural de proximidade, apostando nas estruturas associativas.**

Uma das conquistas mais significativas da arte contemporânea nas últimas décadas e nas suas mais diversas expressões foi o modo como conseguiu desestabilizar os respectivos cânones clássicos de apresentação, o que fomentou uma utilização criativa dos mais diversos locais. Assim, propõe-se um programa de intervenções **no espaço público que cruzem lugares e conteúdos para dar visibilidade às estruturas municipais e a espaços de relevância arquitectónica, histórica e social da cidade**. Teatro numa prisão, ópera num edifício industrial, artes plásticas num tribunal ou num lavatório público: estes foram alguns dos eventos paradigmáticos da programação da Capital Europeia da Cultura; para além de alargarem e cruzarem públicos, estas iniciativas criam roteiros inesperados numa cidade que frequentemente se desconhece a si própria.

Acresce que a cidade tem revelado um alheamento forte relativamente a qualquer política de arte pública. Hoje predominam os monumentos e a estatuária novecentista ou da modernidade clássica. Esta imagem deverá ser alterada mediante um pensado e meticuloso **programa de inclusão de arte pública**, principalmente onde ela signifique mais do que um simples adorno de rotundas.

Muito se tem falado da revitalização da Baixa. Porém, pouco se tem falado daquilo que talvez seja um dos seus aspectos mais importantes: a necessidade de se **criarem conteúdos**, não só comerciais e de serviços, mas também **culturais para a motivação de uma frequência regular dos seus espaços**. Exemplos como os Maus Hábitos ou o Passos Manuel representam uma esperança forte no combate à decadência e degradação da

vivência (nomeadamente nocturna) deste espaço da cidade. Deste modo a vereação vai estar particularmente atenta a todo o tipo de iniciativas que promovam a utilização da Baixa como local de convivência que deverá servir como uma espécie sala de visita de toda a região metropolitana: aqui refira-se, por exemplo, que o desinvestimento numa estrutura como o Rivoli, que em vez de se afirmar como um equipamento com personalidade própria se tem vindo a comportar como uma espécie de “albergue espanhol” onde tudo cabe, atira directamente a responsabilidade da continuada desertificação da Baixa para o actual executivo

Finalmente sublinhe-se a necessidade de **apoiar uma política cultural de proximidade, apostando nas estruturas associativas** que funcionam nas zonas mais carenciadas da cidade e fomentando a aproximação das programações institucionais (ainda que, como se disse, estas se tenham de “deslocalizar”) para alargar e diversificar o espaço de recepção público das suas propostas.

A CULTURA COMO FOMENTO À EDUCAÇÃO E À INTERPRETAÇÃO CRÍTICA DA MEMÓRIA E REFORÇO DA CIDADANIA

21. Aproximação da realidade cultural à realidade educativa.

22. Criação de pólos de ensino da música nas escolas de ensino básico.

23. Desenvolvimento de um diálogo profícuo entre a Câmara e a Universidade.

24. Afirmar o Porto como Cidade do Barroco.

25. Criação do Centro de Documentação da Arquitectura Moderna e Contemporânea do Porto.

26. Implementação do portal Porto Cultura.

Muito do trabalho incansável que agentes particulares e institucionais têm vindo a desenvolver poderá resultar num esforço estéril se não se prepararem atempadamente as novas gerações para uma recepção qualificada dos bens culturais. Deste modo a **aproximação da realidade cultural à realidade educativa** é um pressuposto da maior importância. O município detém uma enorme responsabilidade na educação primária e nesse sentido urge fazer convergir estas duas áreas em objectivos comuns e, como tal, esta é uma esfera de acção primordial que este programa reclama. Sabemos que esta intenção é mais fácil de anunciar do que verdadeiramente implementar, mas só uma política de continuidade nesta área poderá trazer verdadeiros resultados no médio/longo prazo (e este deverá ser, efectivamente o horizonte de trabalho de qualquer política cultural eficaz).

Esta palavra define quase toda a política cultural que agora se preconiza: continuidade. Porque a relação entre oferta e consumo se estabelece mediante teias demasiado frágeis para suportarem descontinuidades flagrantes, como foi o caso destes últimos quatro anos.

Entre outras prevê-se a **criação de pólos de ensino da música nas escolas de ensino básico**, num trabalho articulado, designadamente, com a Casa da Música.

A aproximação dos universos da educação e da cultura deverá igualmente ser protagonizada por via de um **diálogo profícuo entre a Câmara e a Universidade**, procurando sinergias na altura de dar visibilidade, por exemplo, ao património histórico (religioso ou civil) que a cidade se pode orgulhar de deter.

Pretende-se, por exemplo, **afirmar o Porto como Cidade do Barroco**, dando continuidade a uma iniciativa que ficou esquecida embora tenha revelado uma importância fulcral no conhecimento do nosso património histórico: o **Congresso Internacional do Barroco**.

Por outro lado, propõe-se a criação de um **Centro de Documentação da Arquitectura Moderna e Contemporânea no Porto**, assim fomentando o contacto de estudiosos nacionais e internacionais com uma realidade cultural que importa preservar, estudar e divulgar.

Por fim, reitera-se a necessidade de tornar a cultura acessível a um número cada vez mais alargado de potenciais utilizadores, o que se deverá promover apostando claramente nas novas tecnologias. Nesse sentido propomos a **criação de um portal Porto Cultura**, onde se aposte na divulgação atempada dos eventos culturais a decorrer na cidade, na divulgação e análise crítica e histórica do nosso património passado ou coevo e ainda na possibilidade dos cidadãos participarem activamente na construção de uma consciência cultural, elemento vital na construção de uma sociedade mais equilibrada, com maior auto-estima e participativa nas grandes questões que atravessam os conturbados tempos que hoje em dia vivemos.

11. EDUCAÇÃO

Sendo a educação um investimento prioritário para o desenvolvimento, as políticas municipais nessa área têm que ter por base uma visão ampla, inspirada nos princípios da justiça social, do civismo e da democracia. As escolas e os seus agrupamentos devem ser pensadas como centros de recursos ao serviço das crianças, dos jovens e dos adultos. A cooperação, de parte a parte, entre as escolas e as autarquias deve ser encorajada, contribuindo-se assim para a promoção da cultura, da formação profissional, da integração e promoção social, do desenvolvimento e da qualidade de vida das populações.

Tendo o município responsabilidades nas estratégias de desenvolvimento da educação e formação, apresentamos os seguintes compromissos:

PARQUE ESCOLAR: “AS ESCOLAS, ESPAÇOS DE EXCELÊNCIA”

1. Melhorar a qualidade dos equipamentos existentes do pré-escolar e apetrechá-los com material didáctico.
2. Construir 4 novos equipamentos / jardins de infância (um por cada ano de mandato).
3. Qualificar o parque escolar do 1º Ciclo do ensino básico ao nível do equipamento, do edificado e da envolvente, dotando-os sempre que possível com estruturas de apoio à prática desportiva.
4. Redefinir a rede do 1º Ciclo e pré-escolar, ensaiando a construção de Centros Educativos em zonas da cidade em crescimento ou decréscimo populacional.

PROJECTO EDUCATIVO: “PROMOÇÃO DA CIDADANIA NA AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE DO PORTO”

A autarquia, no respeito pela autonomia pedagógica das escolas, deve, a partir dos projectos educativos das mesmas, dar corpo a um projecto educativo da cidade, mais amplo, que construa uma resposta educativa territorializada e contribua para a disponibilização de recursos humanos, financeiros e materiais necessários à sua concretização.

Combater o abandono escolar é a forma mais eficaz de prevenção da exclusão social, por isso é necessário:

5. Reforçar e melhorar a articulação com as estruturas locais (Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e CIACs (Centros Integrados de Atendimento Comunitário), disponibilizando técnicos com vista à identificação precoce do fenómeno e seu acompanhamento promovendo um envolvimento participado e responsável com as famílias e a comunidade.
6. Promover programas complementares de integração dos jovens, em estreita colaboração com as escolas e outros agentes locais.
7. Intensificar o recurso às novas tecnologias de informação e comunicação como ferramentas pedagógicas.
8. Estabelecer parcerias entre a Câmara, escolas e outras instituições da cidade para ensino/ apoio das várias disciplinas científicas (matemática, biologia) a crianças da escola básica, apostando em especial no ensino da matemática, apoiando instituições piloto e recorrendo a professores com provas dadas.
9. Aumentar a rede de bibliotecas escolares.
10. Promover uma cultura de qualidade e segurança: criar a escola municipal de trânsito, melhorar a articulação com o Programa Escola Segura e dotar todas as escolas com Planos de Prevenção e de Emergência. Implicar a Polícia Municipal num programa de proximidade com as escolas, com funções preventivas e pedagógicas.
11. Promover a cultura da actividade física e desportiva junto das camadas mais jovens, através de programas de férias desportivas e de outros projectos que valorizem essas componentes.
12. Fomentar clubes de ar livre, em estreita ligação com o movimento associativo, para envolver as famílias e onde seja valorizada a componente patrimonial da cidade e a componente lúdica do rio Douro.
13. Promover a formação de valores através da realização de eventos temáticos e mostras pedagógicas: cidadania, defesa do ambiente, paz, género, segurança, promoção e valorização do património, dimensão social do

trabalho, protecção dos animais.

14. Promover intercâmbios anuais entre as escolas propiciando contactos com diferentes realidades nacionais e internacionais.
15. Criar uma rede de oferta de actividades diversificadas de complemento curricular para as escolas do 1º ciclo e pré-escolar. Actividades centradas na criação de novos públicos para a cultura, para a ciência e para a experimentação e observação ambiental, cooperando, para o efeito, com instituições da cidade como a Casa da Música, a Fundação de Serralves, Museus e outras entidades. Nota – os aspectos constantes deste último ponto são mais desenvolvidos nos capítulos do programa relacionadas com a CULTURA e a CIÊNCIA.

GESTÃO E FUNCIONAMENTO: “PROMOÇÃO DA AUTONOMIA”

16. Ensaiar protocolos de transferência de competências e respectivos meios financeiros, incentivando a construção de projectos de autonomia das escolas.
17. Participar activamente nas Assembleias de Escola e entende-las como locais estratégicos de afirmação de autonomia das instituições de educação e do seu papel de parceiros vitais na vida da cidade.
18. Privilegiar o Conselho Municipal de Educação enquanto sede de orientação e definição das políticas educativas de âmbito local.
19. Acompanhar o processo em curso no que diz respeito à Carta Educativa, apresentando os resultados e debatendo-os de forma aberta e abrangente.

APOIOS SÓCIO-EDUCATIVOS: “COMBATER AS ASSIMETRIAS”

20. Reforçar os auxílios económicos para material escolar e manuais.
21. Instituir uma rede de transportes para alunos com deficiências de mobilidade.
22. Garantir um serviço de qualidade no fornecimento e distribuição de refeições escolares a todas as crianças.

12. CIÊNCIA

Valorizar a ciência, como instrumento de promoção da cidade e do seu ressurgimento económico e social, exige uma intervenção activa da autarquia. Só a CMP está em condições de potenciar sinergias e de perspectivar a actividade de cada instituição em função da cidade.

Neste domínio, assumimos no presente mandato os seguintes compromissos:

1. Criar uma escola de divulgação científica permanente, com sede num equipamento municipal, aberta ao público em geral e com programas sujeitos a concurso público e avaliação anual.
2. Criar um Conselho Municipal da Ciência para definir prioridades de intervenção, designadamente em matéria de projectos financiados ou co-financiados pelo município ou que venham a receber outro tipo de apoios autárquicos.
3. Melhorar as estruturas de apoio e acessibilidades nos pólos universitários.
4. Criar condições para atrair, instalar e operar novas empresas de base tecnológica, designadamente de transferência de tecnologia, com alto valor acrescentado. (ver capítulo sobre economia)

5. Promover e apoiar encontros internacionais de excelência, que ajudem à internacionalização da cidade, disponibilizando equipamentos camarários e apoiando a sua divulgação, mesmo na imprensa especializada.
6. Promover a mobilidade internacional / nacional na cidade através da ciência, criando estruturas que permitam rapidamente a integração de investigadores e famílias: habitação no centro da cidade, colaboração para a integração da sociedade (ensino de português, bolsa de emprego para cônjuges).
7. Realizar protocolos com outras cidades sede de instituições de ciência de excelência, contribuindo para atrair novos investigadores, pelas condições oferecidas.
8. Criar programas de co-financiamento, publicitação e/ou prémio a indivíduos, projectos e instituições de excelência, aumentando assim o seu prestígio na cidade.
9. Apostar no ensino da matemática e no uso das novas tecnologias na escola básica.
10. Promover e apoiar a ligação entre ciência e cultura: teatro sobre personagens e histórias de ciência, colóquios, cursos de divulgação.

13. DESPORTO

O PS reconhece a importância fundamental da actividade física como contributo indispensável para a qualidade de vida, sendo que a OMS considera a obesidade e a inactividade física como as duas grandes ameaças para a saúde pública no séc. XXI.

De facto estamos já mergulhados numa fase de inactividade. Atingimos uma fase de progresso tecnológico que nos atirou definitivamente para formas de trabalho e de vida que deixam de lado a dimensão física, corporal e motora.

A isto soma-se a alteração radical da cultura infantil. Por um lado as brincadeiras espontâneas, à porta de casa, na rua e no caminho para a escola, desapareceram da paisagem urbano. Por outro, as crianças precisam de jogar, mas substituem os jogos motores, que têm o corpo como intermediário, por jogos em que este conta muito pouco ou é mesmo desconsiderado, como é o caso dos video games e afins.

Esta evolução apela ao desporto para assumir um papel de compensação e regeneração e a isso ele corresponde, desdobrando-se cada vez mais numa pluralidade de formas e sentidos, consoante a panóplia de necessidades. É neste cenário que a prática desportiva assume uma crescente importância social e humanista, como pilar central de estratégias voltadas para a saúde e valorização da vida.

Seja por razões de prevenção da doença e fomento da saúde, seja por razões de estética corporal, seja por razões de bem estar e exaltação de existência, seja até por razões de fruição e consumo de espectáculos, a prática desportiva de hoje, nas sociedades evoluídas e cultas é constituinte essencial da vida dos cidadãos de todas as idades e estados de saúde.

A vida desportiva dos cidadãos não é coisa de menor importância no elenco de preocupações da política autárquica. Não é um adorno, antes é constituinte da trama da cidade. Não quer ser mais, mas também não é menor do que os outros domínios da actividade social e cultural.

O desporto não pode ficar à margem do actual contexto de competitividade entre cidades e regiões. O panorama desportivo faz parte do capital de afirmação das cidades. Logo a cidade do Porto tem que desenvolver projectos desportivos que, pela sua qualidade, excelência e inovação, possam ombrear com a vanguarda internacional e servir até de referência e inspiração para outras cidades.

A CMP deve, pois, ter a lucidez de manter uma relação de estima, empatia, compreensão e respeito com todas as grandes instituições desportivas das cidades. E ser parceira activa quer nos êxitos quer nas suas ambições. Não se trata de promiscuidade. É a política e a vida da cidade que estão em causa.

A cidade é feita – e muito – de instituições. Sem elas não há cidade. As suas vitórias, desportivas e outras, atestam a capacidade realizadora e empreendedora da cidade.

Para além desta mudança de paradigma, de grande importância, assumimos um conjunto de compromissos para este mandato:

1. Aumentar de forma substancial os índices de prática desportiva da população, apoiando as múltiplas colectividades que organizam esse esforço de promoção, monitorizando dados fiáveis de envolvimento das populações.
2. Melhorar a rede de pavilhões polivalentes que sirvam durante todo o ano assegurando a construção de 1 novo pavilhão por cada ano de mandato.
3. Enriquecer o parque de piscinas municipais e participar activamente na recuperação e construção de tanques onde isso seja possível memo que sejam associativos ou privados, desde que para tanto eles sejam postos ao serviço da comunidade, mediante contratos-programa.
4. Contribuir financeiramente na filiação e inscrição em provas oficiais, mediante critérios rigorosos e premiar quando os resultados atinjam carácter nacional e ou internacional.
5. Estabelecer uma relação da CMP com os clubes que contribua para a materialização de legítimos anseios - alguns já ancestrais - na aquisição e/ou construção de equipamentos que venham a dignificar e enriquecer a cidade mediante contrato-programa e ressalva de utilização colectiva.
6. Prestar especial atenção ao fomento e organização daquilo que é vulgarmente por desporto escolar, aprimorando e alargando a oferta e o modelo competitivo, envolvendo mais participantes, implementando critérios de seriedade e excelência.
7. Rentabilizar os equipamentos existentes através de parcerias que sirvam a cidade e dêem continuidade ao trabalho de base feito na escola, visando que escolas e clubes se aproximem e partilhem objectivos e responsabilidades.
8. Patrocinar programas que tenham um alto significado e estratégico, susceptíveis de irradiarem influências em várias direcções, discriminado positivamente, através de contrato-programa, instituições que se envolvem de modo exemplar com a prática desportiva de crianças, idosos e deficientes.
9. Promover um esforço activo de canalização para a cidade de grandes e médios eventos desportivos nacionais e internacionais, que projectem a cidade e contribuam para gerar fluxos turísticos e económicos.

14. SAÚDE

Os problemas da saúde – das infra-estruturas e seus acessos e da coordenação dos diferentes serviços – assumem grande importância para a promoção da qualidade de vida dos cidadãos.

Sendo, no fundamental, uma responsabilidade do poder central, a intervenção da CMP pode contribuir para desbloquear muitos problemas e para, com pequenas intervenções organizativas, eliminar muitos bloqueios.

Propomos, assim dedicar atenção a esta problemática, assumindo os seguintes compromissos para um mandato:

1. Constituir o Conselho Municipal de Saúde, órgão fundamental para assegurar a coordenação dos diferentes, designadamente dos cuidados primários e hospitalares, e para fazer ouvir a voz dos utentes.
2. Desenvolver programas de educação para a saúde, com especial incidência no mundo escolar, assegurando uma efectiva saúde oral para todas as crianças do ensino básico, na expectativa da criação de hábitos e comportamentos perenes.
3. Conseguir do governo a construção de raiz da nova Unidade de Saúde de Ramalde (para substituir a do Carvalhido), disponibilizando o terreno municipal na rua Central de Francos e da nova Unidade de Saúde de Campanhã.
4. Assegurar a melhoria das acessibilidades aos equipamentos de saúde existentes e a criar, pensando sobretudo no acesso das pessoas que, por razões de saúde ou de idade, têm mobilidade reduzida.

5. Prestar atenção aos desenvolvimentos da rede hospitalar da cidade, pugnando pela construção de um novo Hospital Pediátrico (que substitua o Hospital Maria Pia), preferencialmente na baixa da cidade e pela introdução de melhorias na Maternidade Júlio Dinis, assegurando assim a qualificação dos cuidados de saúde materno-infantis. Do mesmo modo acompanhar e apoiar os melhoramentos a efectuar noutros espaços hospitalares e no seu enquadramento e acessibilidades, como é o caso do Hospital de S. João, onde lutaremos pela solução de enterramento da linha de metro e do Hospital de Santo António.